

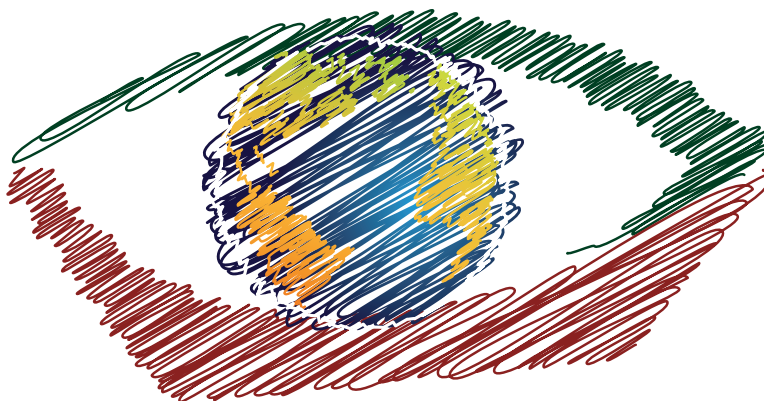
OBSERVARE 1st International Conference

16 - 17 - 18 November, 2011

I Congresso Internacional do OBSERVARE

16 - 17 - 18 Novembro, 2011

INTERNATIONAL TRENDS and Portugal's Position



AS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS e a posição de Portugal

Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>

Palavras chave: Portugal, manutenção da paz, Nações Unidas, NATO, UE

Num contexto de austeridade orçamental, o custo da manutenção de paz é cada vez mais difícil de gerir. Ainda assim, em termos de *per capita*, Portugal é um dos contribuintes europeus mais significativos para as operações de manutenção de paz internacionais em todo o mundo. Actualmente ocupa o 41º lugar numa lista de 115 países que contribuem para as Nações Unidas (ONU) e o 7º lugar na União Europeia (UE). Só no primeiro semestre de 2009, tinha 862 tropas colocadas no estrangeiro em 16 operações distribuídas por vários continentes, sob a égide da NATO, UE e da ONU.

A multiplicidade de forças utilizadas, assim como a diversidade dos locais onde são posicionadas, traduzem a ambição e o esforço envidado pelo governo português nos últimos 20 anos. A participação portuguesa nas operações de manutenção de paz tem sido encarada como um veículo para reforçar a posição de Portugal no mundo: o seu envolvimento sob a bandeira de organizações internacionais eleva o perfil da diplomacia e política externa de Portugal. Nesta comunicação, defendemos que o envolvimento português em missões de paz traduz a decisão portuguesa de assegurar os seus interesses nacionais e política externa. O objectivo é reforçar a capacidade de Portugal de influenciar o processo decisório nos principais fóruns internacionais, tais como a ONU, NATO e UE. A meta estabelecida desde o início de 1990 visa reforçar a visibilidade e peso específico de Portugal no âmbito multilateral. A contribuição do país para a manutenção de paz aumentou o poder negocial de Portugal, que se tornou um parceiro activo com uma voz mais audível no seio dessas organizações. Essa voz conduziu a uma posição mais vantajosa na ocasião de negociar cargos e políticas internacionais de grande peso.

Maria do Céu Pinto – Prof.^a Associada com Agregação da Universidade do Minho, área de “Política Internacional”. É especialista na área das Organizações Internacionais e em assuntos do Islão e Médio Oriente. É autora, entre outros, dos livros: *O papel das Nações Unidas na construção de uma nova ordem mundial*, Lisboa, Ed. Prefácio, 2010, *As Nações Unidas e a manutenção da paz*, Coimbra, Almedina, 2007, *O Islão na Europa* (coord.), Lisboa, Prefácio, 2006, “*Infiéis na Terra do Islão*”: os EUA, o Médio Oriente e o Islão, Lisboa, FCG/FCT, 2003, *Political Islam and the United States*, Ithaca Press, Reading, 1999. Tem leccionado “Organizações Internacionais” (Licenciatura em RI), “As Nações Unidas na Gestão de Crises” (Mestrado em Relações Internacionais) e “Prevenção de Crises e Manutenção da paz” (Mestrado de Direitos Humanos).

“Expandindo a influência portuguesa através da diplomacia de *peacekeeping*”

Maria do Céu Pinto

“Vivemos um tempo de paz em que as Forças Armadas serão cada vez mais um instrumento da política externa do Estado. Diremos, até, que o peso específico da política externa de cada país é frequentemente medido pela capacidade de integrar meios militares nacionais em forças multinacionais, em cumprimento das missões legitimadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Quem não aparece não conta.”¹

Abstract: In per capita terms, Portugal is one of the most significant European contributors to international peacekeeping operations around the world. It presently ranks 42nd in a list of 115 countries contributing to the United Nations (UN) peace operations and 7th in the European Union (EU). The multiplicity of forces used, as well as the diversity of the locations of deployment, reflect the ambition and effort made by the Portuguese governments in the last 20 years. Portuguese participation in peacekeeping missions has been seen as a vehicle for strengthening Portugal’s position in the world: the involvement under the flag of international organisations raises the profile of Portuguese foreign policy and diplomacy. In this paper, we argue that Portuguese involvement in peace missions reflects Portugal’s pursuit of its national interest and foreign policy. The aim is to bolster Portugal’s capacity to influence the decision-making process in major international *fora*, such as the UN, NATO and the EU. The goal established since the late 1980s, aims to strengthen the visibility and specific weight of Portugal in the multilateral framework. The country’s contribution for peacekeeping has increased the bargaining power of Portugal, which has become an active partner with a more audible voice within those organisations. That voice led to a better position, when it came to negotiating major international posts and policies.

Resumo: Portugal é um dos mais importantes contribuintes europeus para operações de paz internacionais. Ocupa actualmente o 42º lugar numa lista de 115 países que contribuem para as operações de paz das Nações Unidas (ONU) e 7º na União Europeia (UE). A multiplicidade de forças utilizadas, bem como a diversidade dos locais de sua projecção, reflecte bem a ambição e esforço feito pelos governos portugueses nos últimos 20 anos. A participação em missões de paz tem sido vista como um meio para reforçar a posição de Portugal no mundo: o envolvimento em operações de paz sob a bandeira de organizações internacionais, reforça a influência da nossa política externa e diplomacia. Neste artigo, defendemos que o envolvimento português em missões de paz reflecte propósitos de interesse nacional e política externa. O objectivo é reforçar a capacidade de Portugal para influenciar o processo decisório nos principais fóruns internacionais, como a ONU, NATO e a UE. Ele segue a meta estabelecida desde finais dos anos 80, de reforçar a visibilidade e o peso específico de Portugal no âmbito multilateral. A contribuição do país para a manutenção da paz aumentou o poder negocial de Portugal, que se tornou um parceiro mais activo, com uma voz mais audível no seio dessas organizações. Essa voz levou a uma melhor posição, quando se tratava de negociar cargos importantes e assuntos da agenda internacional relevantes para Portugal.

¹ Gen. Soares Carneiro, discurso realizado a 8/07/1993; cit. in artigo do Cor. Francisco Xavier Ferreira de Sousa “A experiência portuguesa em missões de paz” (cedido pelo autor), pp. 10-11.

Introdução

As Forças Armadas e as forças de segurança portuguesas têm sido cada vez mais solicitadas para intervenções efectivas no quadro das operações de apoio à paz (OAP).² Portugal ocupa actualmente o 42.º lugar no ranking dos 115 países contribuintes para as OAP da ONU, com 339 efectivos, dos quais, 184 militares e 150 polícias e 5 observadores militares.³ No panorama europeu, Portugal é actualmente o 7º país na Europa⁴ que mais contribui para operações de paz das Nações Unidas, o que é uma demonstração importante do esforço de um pequeno país com recursos limitados. Em perspectiva, Portugal empenhou desde 1990 mais de 26 mil soldados, que participaram em missões de paz em mais de 30 cenários diferentes, cobrindo todos os continentes.⁵ A multiplicidade de forças utilizadas, bem como a diversidade dos locais de sua projecção, reflectem a ambição e o esforço feito pelos governos portugueses nos últimos 20 anos.

Um papel mais interventivo

Portugal só iniciou uma participação mais activa nas missões de apoio à paz a partir do início da década de 90. Com o fim da Guerra Fria e as consequentes alterações sofridas na conjuntura internacional, Portugal reviu as suas opções estratégicas, ao mesmo tempo que se apercebeu da importância da sua intervenção nos fóruns de decisão internacional. Portugal, que já não intervinha em cenários de conflito no espaço europeu desde a I Guerra Mundial, foi forçado pela conjuntura a alterar o seu tradicional paradigma de defesa.⁶ Desde aquele conflito que Portugal tinha adoptado uma política de neutralidade face a conflitos em território europeu. As prioridades do paradigma nacional de defesa residiam, sobretudo, na manutenção das relações transatlânticas e no fortalecimento dos laços com os PALOP. Em termos de política externa e de defesa, Portugal tinha optado por uma política de neutralidade e não intervencionismo no cenário europeu. Este não intervencionismo escudava-se na defesa do princípio de não intervenção e na crença no princípio de neutralidade, típica do período salazarista, que tão bons resultados tinha dado.⁷

No novo contexto internacional, Portugal passa a enviar contingentes significativos para cenários de crise, inicialmente integrados em missões da das Nações Unidas, depois no âmbito da NATO e posteriormente das missões da UE.

A primeira participação portuguesa relevante em OAP⁸ foi na operação da NATO IFOR (*Implementation Force*), substituída depois pela SFOR (*Stabilisation Force*), para aplicar os acordos de Dayton. Em Janeiro de 1996, com a missão de ocupar o Sector de Goradze, um

² V. os meus trabalhos: *As Nações Unidas e a manutenção da paz (e as actividades de peacekeeping de outras organizações internacionais)*, Coimbra, Almedina, 2007; *O papel das Nações Unidas na construção de uma nova ordem mundial*, Lisboa, Ed. Prefácio, 2010.

³ "Ranking of Military and Police Contributions to UN Operations" (http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2011/oct11_1.pdf), a 31 Outubro 2011.

⁴ O que inclui a Rússia.

⁵ "FND e Militares em Missão entre 1991 e 21/Outubro/2009", COC / EMGFA, 21 Outubro 2009; Fundação Mário Soares-Centro de Investigação e Formação para uma Cultura de Paz, *A participação portuguesa em missões de paz – Relatório final*, Lisboa, Dezembro 2006.

⁶ José A. Silva, "Portugal nas Missões de Paz - Portugal nos Sistemas Internacionais", Academia Militar - 14 Maio de 2008 (<http://zasilva-missoesdepaz.blogspot.com/2008/06/portugal-nas-misses-de-paz.html>); A. de Vasconcelos, "A europeização da política de defesa," *Estratégia*, nº 14, 1999 (<http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=265>).

⁷ Carolina Cordeiro, "Portugal e as missões de paz na ex-Jugoslávia (II)," in *Janus 2005*, Lisboa: Público/UAL, 2005: pp. 192-193.

⁸ Em rigor, a IFOR não era uma operação de paz tradicional, visto que pretendia impor a paz, podendo usar a força (operação de peace-enforcement: v. Maria do Céu Pinto, "O uso da força nas operações de peacekeeping das Nações Unidas", *Jornal do Exército*, nº 590, Dezembro de 2009).

enclave muçulmano foi enviado um contingente de mais de novecentos elementos. oi prevenir o regresso da violência inter-étnica. Portugal foi um dos primeiros países a enviar forças para o terreno, tendo assumido um papel de destaque no evitar o regresso da violência inter-étnica e na estabilização do enclave de Gorazde, tal como na manutenção da segurança do corredor humanitário, que ligava a cidade ao restante território da Federação Croato-muçulmana.

Em 1994, a alteração do Conceito Estratégico Nacional revela uma nova preocupação com a adaptação das Forças Armadas aos parâmetros técnicos e operacionais das restantes forças aliadas, como elemento essencial para a satisfação dos compromissos assumidos por Portugal no seio dessas alianças: "colaborar em missões de manutenção ou de estabelecimento da paz, integradas em forças multinacionais a constituir no âmbito internacional" e "providenciar no sentido de que as Forças Armadas possam actuar, para além do âmbito das missões específicas e fundamentais da defesa militar da República, como instrumento da política externa do Estado".⁹

A decisão de participação portuguesa na IFOR marcou efectivamente uma mudança profunda na política de defesa portuguesa em relação ao contexto europeu, pelo abandono da política de neutralidade e não intervenção e adopção de uma posição activa e interveniente no espaço europeu.¹⁰ Este facto é demonstrativo da mudança de paradigma que se realizou a dois níveis: em termos de política externa portuguesa, esta participação activa nas operações de paz multinacionais veio marcar um redireccionamento das opções estratégicas portuguesas; noutro plano, o interesse nacional deixava de se limitar às fronteiras nacionais e passava a contemplar o projecto europeu e, por consequência, a estabilidade no continente. Isto representou a incorporação da "questão europeia" e da sua estabilidade no interesse nacional português.¹¹ A participação militar de Portugal na Bósnia foi uma etapa importante na "europeização" da política de defesa do país. Essa intervenção, "primeira de forças armadas portuguesas em território europeu desde a Primeira Guerra Mundial, foi um sinal aparentemente inequívoco da opção e comprometimento europeu de Portugal, inclusive no domínio da segurança."¹²

Uma nova percepção do ambiente internacional

Portugal manteve-se atento ao conjunto de mudanças que ocorriam no ambiente externo, as quais tiveram implicações internas, impulsionando uma redefinição das políticas externa e de defesa nacionais. Nesse sentido, as Forças Armadas passam a estar empenhadas na satisfação dos compromissos assumidos por Portugal a nível internacional, no quadro das organizações da qual o país faz parte. A componente militar torna-se, assim, um dos instrumentos de afirmação no domínio da política externa. Trata-se daquilo que alguns autores têm referido como a interdependência crescente entre os domínios externo e o interno de segurança, ou, dito de forma mais clara, as dimensões externas da segurança interna. Considera-se hoje que os riscos e os perigos não têm fronteiras, pelo que os limites à acção securitária do

⁹ A. Silva, *ibid.*

¹⁰ Cordeiro, *ibid.* e António Vitorino, "Porque estamos na Bósnia", in *Opções de Política de Defesa Nacional*, MDN, 1998, p. 37 e A. Vitorino, "Uma questão de credibilidade a participação portuguesa na IFOR," *Política Internacional*, nº 12, vol. 1, Primavera-Verão 1996, pp. 87-96.

¹¹ Álvaro de Vasconcelos, *Portugal 2000: The European Way*, Research and policy paper No. 9, Groupement D'études et de Recherches Notre Europe, March 2000 (<http://www.notre-europe.eu/fileadmin/IMG/pdf/Etud9-en.pdf>), p. 22 e N. Severiano Teixeira, "Das campanhas de guerra às operações de paz: as intervenções militares portuguesas em teatro europeu," *Estratégia*, nº 14, 1999 (<http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=266>).

¹² Á. de Vasconcelos, "A Europeização da Política de Defesa", *Estratégia* (Portugal na Bósnia), nº 14, 2º semestre, IEEI: Lisboa, 1999, p. 7. Na realidade, Portugal a excepção tinha sido a participação da Marinha e da Força Área na operação *Sharp Guard* da UEO de vigilância do embargo a Belgrado (1992-1996).

Estado têm que ser redefinidos e ajustados às novas exigências de segurança dos Estados.¹³ O debate emergente em Portugal, sobretudo no pós-11 de Setembro, quanto à necessidade de ser atribuído um papel mais activo às Forças Armadas no quadro de segurança interna, tem subjacente uma tomada de consciência de que há um novo contexto geo-estratégico de ameaças e riscos, não tanto num contexto de guerra clássica, mas sobretudo com operações de paz ou em conflitos armados assimétricos com movimentos insurgentes que combinam acções terroristas e táticas de guerrilha. Nesse sentido, os Estados têm hoje de conquistar a sua segurança interna em territórios longínquos, como o caso do Afeganistão, incubador de terrorismo internacional, ilustra.¹⁴

Em termos de racional político, a decisão nos anos 90 de participar em missões em África e, sobretudo, nos Balcãs faz sentido, desde logo pela perspectiva de “segurança alargada” que as nossas elites políticas acolheram. A segurança passou assim a ter interesses além dos nacionais, por vezes materializados longe da base territorial dos Estados. O seu conceito hoje tem uma acepção flexível, ampliada, o que impõe aos Estados um novo tipo de entendimento da sua participação na comunidade internacional. Assim, “a defesa do interesse nacional passa, muitas vezes, pela defesa dos interesses dos projectos em que Portugal está envolvido.”¹⁵

Nas palavras do ex-Min. da Defesa, Severiano Teixeira: “A garantia da segurança nacional promove-se, cada vez mais, longe das nossas fronteiras tradicionais, dos tradicionais limites geográficos dos Estados. Por isso, a definição da nossa doutrina de intervenção já não pode ser predominantemente determinada apenas por factores históricos ou de proximidade geográfica, mas tem de incluir também critérios de segurança regional e internacional, de projecção dos valores da democracia e do primado do direito.”¹⁶

A este propósito, no âmbito da nossa actuação no Conselho de Segurança (CS), um aspecto essencial e que é transversal à nossa acção é o esforço para, em qualquer resolução do CS incluir linguagem tão forte e vinculativa quanto possível sobre direitos humanos, protecção de civis e o papel das mulheres nos processos de paz e reconciliação nacionais (quando seja o caso). Esta preocupação é já reconhecida como marcadamente portuguesa e tem valido à nossa diplomacia tantos louvores quanto desaprovação. Portugal é visto como empenhado - e com êxito - em promover a visibilidade e essência legitimadora dos direitos humanos na acção das Nações Unidas. Este esforço é legitimador da acção do CS e catalizador de mudanças palpáveis no terreno, ainda que lentas no tempo. Este é também um dos compromissos de Portugal, assumido durante a campanha e cumprido ao longo do mandato: assumir uma postura inovadora e interventiva em termos de segurança e respectiva relação com os direitos humanos e outras áreas transversais. Uma vez que a esmagadora maioria das vítimas de abusos são originárias de países em desenvolvimento, normalmente pequenos, Portugal assume também o papel de defensor destas causas, as quais normalmente não atraem a atenção dos *media*, nem comandam a agenda internacional.

Em segundo lugar, há a referir que, subjacente a esta *política de intervenção global*, há o alargamento do próprio conceito de interesse nacional, definido não apenas na sua forma tradicional - defesa da integridade territorial e da Nação -, mas enquanto promoção da segurança, da paz e estabilidade internacionais, da resolução de conflitos e da promoção dos humanos. É esta concepção de interesse nacional que tem orientado a definição das prioridades das políticas externa, de defesa e de segurança de Portugal e que tem presidido à sua escolha de intervir em certos cenários de conflitos.

¹³ Armando Marques Guedes e Luís Elias, *Controlos Remotos – Dimensões Externas da Segurança Interna em Portugal*, Coimbra, Almedina, 2010.

¹⁴ Diogo Noivo, “Fronteira portuguesa com Paquistão”, *DN Opinião*, 26 Novembro 2009 (http://dn.sapo.pt/inicio/opiniaao/interior.aspx?content_id=1430832).

¹⁵ Fundação Mário Soares, *A participação portuguesa em missões de paz*.

¹⁶ N. Severiano Teixeira, “Uma política de Estado”, in MDN – “Balanço da legislatura”, p. 12 (http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/9E426095-8C00-4CE2-81DC-8E28858D6944/0/MDNbalan%C3%A7a7ofinal_alterado.pdf).

Portugal adquiriu, nos últimos tempos, uma certa visibilidade no contexto da sua participação em operações de paz. Esta visibilidade enquadra-se no âmbito de uma “estratégia de progressiva afirmação e valorização do papel de Portugal no plano multilateral” no âmbito das organizações internacionais.¹⁷ Essa meta, estabelecida em finais dos anos 80, tem servido de baliza à acção diplomática nacional desde então. Para países pequenos como Portugal, a única forma de marcar uma posição de algum relevo no palco internacional, terreno privilegiado dos “grandes” Estados, como os P-5,¹⁸ é através daquilo que alguns autores chamam de “diplomacia de oportunidades”, ou seja aproveitar sempre que possível uma oportunidade para marcar presença nos grandes palcos, e fazê-lo deixando obviamente uma marca positiva.¹⁹

A participação em OAP não pode ser vista como uma iniciativa isolada, mas como parte do objectivo de projectar uma imagem de Portugal como um país moderno, com vontade de assumir as suas responsabilidades na esfera internacional, contrariando uma postura mais “reactiva e defensiva” da política externa portuguesa, herdada da época colonial.²⁰ Para este escopo, também terá contribuído o esforço feito por Portugal de aumento voluntário da contribuição nacional para o orçamento da ONU,²¹ e a participação relevante em várias operações de paz. Em 1996, Portugal chegou a ocupar a 26ª posição no ranking dos países contribuintes com forças para a ONU.²² Os contingentes portugueses nas missões de paz internacionais são assim um elemento indispensável na afirmação de Portugal como aliado útil da Aliança Atlântica, como agente activo na construção de uma Europa unida e eficaz e, acima de tudo, como membro responsável da família das nações.

Os políticos e diplomatas portugueses têm com alguma frequência referido o importante papel desempenhado pelas Forças Armadas através deste tipo de missões ao aumentar a visibilidade do país no plano internacional, inclusive entre parceiros e aliados, e para reforçar o poder negocial e o peso político de Portugal nos *fora* internacionais.²³ Em termos práticos, a realidade foi bem definida por. António Vitorino: não é possível “...manter, simultaneamente um pé dentro e outro fora do sistema de alianças a que pertencemos.”²⁴

Neste sentido a decisão de participar nos anos 90 na IFOR e SFOR e, após o 11 de Setembro, na ISAF no Afeganistão, serviram para reforçar a presença e credibilidade portuguesa junto da NATO. No entanto para além de um fim em si, a participação naquelas operações da NATO serviu também como meio para conquistar outras importantes vitórias em termos de política externa, nomeadamente ao nível da ONU. Portugal tem procurado tirar partido do seu esforço e fê-lo obtendo várias vitórias importantes, como a eleição por duas vezes para um lugar de membro não permanente do Conselho de Segurança (1997-98 e agora 2011-12), bem como outros cargos de grande visibilidade internacional.

É interessante sublinhar como o executivo português tomou consciência de que era fundamental conjugar a actividade diplomática com o instrumento militar para garantir os melhores resultados, uma visão traduzida nas várias revisões do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (1994 e 2003), na quarta revisão constitucional de 1997, bem como nas Leis da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Elas reconhecem a componente militar como um dos instrumentos de afirmação no domínio da política externa. As Forças Armadas constituem

¹⁷ João Quintela Paixão, “A candidatura portuguesa ao Conselho de Segurança das Nações Unidas”, *Política Internacional*, nº 14, vol. 1, Primavera-Verão, 1997, p. 67.

¹⁸ 5 membros permanentes do CS.

¹⁹ Nuno, “Portugal e a NATO”, CIARI (em http://www.ciari.org/investigacao/portugal_e_a_nato.htm);

²⁰ António Monteiro, “A presença portuguesa no Conselho de Segurança em 1997-1998”, *Política Internacional*, vol. 3, nº 19, Primavera-Verão, 1999, p. 164.

²¹ Portugal passou do grupo C para o Grupo B da escala de contribuições para o Orçamento do Peacekeeping: Q. Paixão, *op. cit.*, p. 71.

²² *Ibid.*

²³ A. Vitorino, “Uma questão de credibilidade a participação portuguesa na IFOR,” *Política Internacional*, vol. 12, nº 1, 1996, pp. 87-96.

²⁴ *Id.*

assim, pela via da cooperação internacional, mais um dos “vectores”, um “braço”,²⁵ um “instrumento” da política externa.²⁶ As Forças Armadas, como instrumento da política que são, contribuem de forma significativa para o aumentar da visibilidade do país no plano internacional, reforçar o seu poder negocial e o peso político, ajudando a concretizar, segundo o Prof. Freitas do Amaral, um novo Conceito Estratégico Nacional²⁷ – o da tripla internacionalização: na Europa, na cooperação com os PALOP e nas missões de apoio à paz e de carácter humanitário.²⁸

Salientam-se os conflitos em que houve um empenhamento mais significativo das Forças Armadas portuguesas: nos anos 90 - Angola, Moçambique, ex-Jugoslávia e Timor. Actualmente, são: Afeganistão, Somália, Kosovo e Líbano. O nível mais elevado do empenhamento nacional teve lugar nos períodos: 2000/2001 (com o envolvimento simultâneo de unidades militares na SFOR/Bósnia, na KFOR/Kosovo e na UNTAET/Timor-Leste); em 2007 e no período actual, 2011. As Forças Armadas portuguesas contam agora com uma prestigiosa experiência internacional e deram já um importante contributo para a segurança internacional, em cenários tão distintos como a Bósnia-Herzegovina, o Kosovo, o Afeganistão, o Líbano, a República Democrática do Congo, o Chade e a Guiné-Bissau. O desempenho destas missões internacionais constituiu-se como um factor decisivo, não só para a credibilidade internacional do país, mas também, acessoriamente, para a modernização e prestígio das próprias Forças Armadas.

Portugal apresenta-se, assim, como “produtor” e não apenas como mero “consumidor” de segurança internacional.²⁹ O esforço empenhado por Portugal em matéria de *peacekeeping* marcou no meio internacional uma imagem que se tem vindo a tornar cada vez mais prestigiada e consistente.

Em jeito de conclusão, parece-nos ser possível afirmar, que nunca o poder do Estado, na sua vertente externa se baseou tanto no vector militar, na internacionalização das políticas de segurança e defesa.³⁰ Para tal tem contribuído a flexibilidade que as Forças Armadas frequentemente têm proporcionado aos governos na tomada de decisões políticas no âmbito de várias organizações internacionais. O volume de forças empenhadas actualmente já não é o mesmo de há uma década atrás. Contudo, o que Portugal está a fazer, é seguir uma senda mais racional: sem exaurir a sua participação em teatros de operações de desgaste e de maior risco, tem apostado em nichos de emprego que lhe tem dado projecção com relativa economia de recursos e meios. Já não há a necessidade de um emprego de volume para afirmar a nossa participação ou presença; tendemos antes para escolher o que fazemos e como fazemos, para nos afirmar onde queremos, sem esquecer um certo compromisso com o que é pedido internacionalmente e com as nossas capacidades para o satisfazer e - porque não? -, com os nossos interesses.

Já agora, o actual mandato no Conselho de Segurança é um importante instrumento para a política externa portuguesa, que permite ao nosso país influenciar decisões importantes para a manutenção da paz e segurança internacionais e fortalecer as relações com Estados importantes e/ou de várias regiões do globo, que potenciam a prossecução dos nossos interesses de política externa bilateral. Aí temos de levar em consideração os interesses nacionais

²⁵ MDN, *Livro Branco da Defesa Nacional*, 2001

(http://antigo.mdn.gov.pt/Publicacoes/livro_branco/Livro_branco.pdf, pp. 19-20).

²⁶ Cor. E. Maia Pereira e Ten.-Cor. Nuno M. Mendes Farinha, “Acções desenvolvidas pelas Forças Armadas em missões de Paz no quadro da Organização das Nações Unidas (ONU),” *Revista Militar* (<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=357>), 17 Abril de 2009 e Jorge Duque, “Portugal nas missões de paz,” in *JANUS* 98, Lisboa, Público/UAL, 1998, pp. 46-47.

²⁷ F. Proença Garcia, “Política de Defesa Nacional. As novas missões das FAs” (http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=157), 3 de Maio de 2000.

²⁸ Cit. em *id.*

²⁹ S. Teixeira, 1999, *id.*

³⁰ V. Luís Valença Pinto, “Internacionalização das políticas de segurança e defesa”, *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, nº 51, Abril 2000, pp. 9-17.

particulares existentes tanto em Timor, onde está em campo a Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste, UNMIT, e as missões de manutenção de paz em que estão presentes tropas portuguesas, como a EUFOR na Bósnia e a KFOR/UNAMA no Kosovo. É quase desnecessário sublinhar o que Timor – e a respectiva estabilização em resposta aos distúrbios de 2006 – representam para Portugal. Portugal está profundamente envolvido com o reforço das instituições timorenses e a normalização do processo democrático naquele país. O Brasil, actualmente também membro do CS, também está activo em Timor e tem sido possível cooperar nesta área, o que foi particularmente sensível aquando da negociação da renovação do mandato da UNMIT em Fevereiro de 2011.³¹ Foi sobretudo necessário preservar a essência do mandato da missão de forma a permitir a preparação do ciclo eleitoral de 2012, bem como não retirar meios às Nações Unidas, claramente necessários para a continuação do trabalho em prol das instituições e do povo timorenses.

³¹ “Dilma oferece ajuda ao Timor-Leste na economia e democracia”, *Notícias, Terra.com*, 3 de Março de 2011 (<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4972260-EI7896,00-Dilma+promete+ajuda+ao+TimorLeste+na+economia+e+democracia.html>); “Statement by H.E. Ambassador Maria Luiza Ribeiro Viotti, Permanent Representative of Brazil to the United Nations Security Council ‘The Situation in Timor-Leste’”, 22 Fevereiro 2011 (<http://www.un.int/brazil/speech/11d-mlrv-situation-in-timor-leste.html>).